



ANEXO da Portaria nº 110, de 24 de novembro de 2011
Alterada pela Portaria nº 23, de 13 de março de 2014

**SUPORTE DOCUMENTAL DE DESCENTRALIZAÇÃO DE CRÉDITO EXTERNA
TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA**

Processo n.º: 01400.014570/2023-31

TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA SAv/MINC Nº 03/2023

1. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADORA

a) Unidade Descentralizadora e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizadora: **SECRETARIA DO AUDIOVISUAL DO MINISTÉRIO DA CULTURA**

Nome da autoridade competente: **JOELMA OLIVEIRA GONZAGA**

Número do CPF: **960.684.775-68**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **SECRETARIA DO AUDIOVISUAL**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Ato nº 1.408, de 01/02/2023 (nomeação), Portaria MinC Nº 18, de 18 de abril de 2023 (delegação de competência) e Portaria de Pessoal MinC nº 289, de 1º de março de 2023 (atos de gestão orçamentária e financeira).

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que descentralizará o crédito:

540025 – Secretaria do Audiovisual.

Número e Nome da Unidade Gestora responsável pelo acompanhamento da execução do objeto do TED: **540025 - Secretaria do Audiovisual**

2. DADOS CADASTRAIS DA UNIDADE DESCENTRALIZADA

a) Unidade Descentralizada e Responsável

Nome do órgão ou entidade descentralizada: **MINISTÉRIO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA**

Nome da autoridade competente: **LETÍCIA MARIA COSTA DA NÓBREGA CESARINO**

Número do CPF: **046.352.526-47**

Nome da Secretaria/Departamento/Unidade Responsável pela execução do objeto do TED: **ASSESSORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS**

Identificação do Ato que confere poderes para assinatura: Portaria nº 6, de 12 de janeiro de 2021 (Delegação de competência) e Portaria MDHC nº 2.562 de 15 de junho de 2023 (Nomeação)

b) UG SIAFI

Número e Nome da Unidade Gestora - UG que receberá o crédito: **810030 - ASSESSORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS**

Número e Nome da Unidade Gestora -UG responsável pela execução do objeto do TED: **810030 - ASSESSORIA ESPECIAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA EM DIREITOS HUMANOS**

3. OBJETO DO TERMO DE EXECUÇÃO DESCENTRALIZADA:

3.1 Apoio à realização da 13ª Mostra Cinema e Direitos Humanos nas 26 Unidades da Federação e no Distrito Federal.

4. OPERACIONALIZAÇÃO

4.1 O presente TED será operacionalizado pelo Ministério dos Direitos Humanos e Cidadania, por meio de sua Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos, em conformidade com o Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020, com os recursos descentralizados voluntariamente pela Secretaria do Audiovisual do Ministério da Cultura.

4.2 O objeto do TED será implementado de acordo com o Plano de Trabalho, documento anexo ao presente termo, o qual deverá ser aprovado e assinado pelas unidades descentralizadora e descentralizada, que se comprometem a atuar em estrita observância às suas disposições.

5. OBRIGAÇÕES E COMPETÊNCIAS DOS PARTICIPES

5.1. Unidade Descentralizadora

- I - analisar e aprovar a descentralização de créditos;
- II - analisar, aprovar e acompanhar a execução do Plano de Trabalho;
- III - descentralizar os créditos orçamentários;

IV - repassar os recursos financeiros em conformidade com o cronograma de desembolso;

V - aprovar a prorrogação da vigência do TED ou realizar sua prorrogação, de ofício, quando necessário;

VI - aprovar as alterações no TED;

VII - solicitar Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto ou outros documentos necessários à comprovação da execução do objeto, quando necessário;

VIII - analisar e manifestar-se sobre o Relatório de Cumprimento do Objeto apresentado pela Unidade Descentralizada;

IX - solicitar à Unidade Descentralizada que instaure a tomada de contas especial, ou promover diretamente a instauração, quando cabível;

X - emitir certificado de disponibilidade orçamentária;

XI - registrar no SIAFI o TED e os aditivos, mantendo atualizada a execução até a conclusão;

XII - prorrogar de ofício a vigência do TED quando ocorrer atraso na liberação de recursos, limitado ao prazo do atraso;

XIII - publicar os extratos do TED e termos aditivos no sítio eletrônico oficial, bem como disponibilizar a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;

XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial;

XV - instaurar tomada de contas especial, quando cabível e a unidade descentralizada não o tenha feito no prazo para tanto;

XVI - suspender as descentralizações, na hipótese de verificação de indícios de irregularidades durante a execução do TED, com a tomada das providências previstas no art. 19 do Decreto nº 10.426/2020.

XVII – contribuir na definição do tema e da indicação de homenagem junto ao MDHC para a 13ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos

XVIII - coordenar o chamamento e cadastro de pontos de exibição, nacionalmente, com suporte de produção da 13ª Mostra de Cinema e Direitos Humanos para acompanhamento das adesões e das atividades de exibição;

XIX – conceder apoio institucional para as ações e interlocuções necessárias para a realização da 13ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

5.2 Unidade Descentralizada

I - elaborar e apresentar o Plano de Trabalho;

II - apresentar a Declaração de Capacidade Técnica necessária à execução do objeto;

III - apresentar a Declaração de Compatibilidade de Custos;

IV - executar os créditos orçamentários descentralizados e os recursos financeiros recebidos;

V - aprovar as alterações no TED;

VI - encaminhar à Unidade Descentralizadora:

a) Relatórios parciais de Cumprimento do Objeto, quando solicitado; e

b) o Relatório final de Cumprimento do Objeto;

VII - zelar pela aplicação regular dos recursos recebidos e assegurar a conformidade dos documentos, das informações e dos demonstrativos de natureza contábil, financeira, orçamentária e operacional;

VIII - citar a Unidade Descentralizadora quando divulgar dados, resultados e publicações referentes ao objeto do TED, quando necessário;

IX - instaurar tomada de contas especial, quando necessário, e dar conhecimento dos fatos à Unidade Descentralizadora;

X - devolver à Unidade Descentralizadora os saldos dos créditos orçamentários descentralizados e não empenhados e os recursos financeiros não utilizados, conforme disposto no § 1º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 16 de julho de 2020;

XI - devolver os créditos orçamentários e os recursos financeiros após o encerramento do TED ou da conclusão da execução do objeto, conforme disposto no § 2º do art. 7º do Decreto nº 10.426, de 2020;

XII - disponibilizar no sítio eletrônico oficial a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura;

XIII - devolver para a Unidade Descentralizadora os rendimentos de aplicação financeira auferidos em parcerias celebradas com recursos do TED, nas hipóteses de restituição previstas na legislação específica;

XIV - designar os agentes públicos federais que atuarão como gestores titulares e suplentes do TED, no prazo de vinte dias, contado da data da celebração do TED, devendo o ato de designação ser publicado no sítio eletrônico oficial;

XV - disponibilizar, mediante solicitação, documentos comprobatórios da aplicação regular dos recursos aos órgãos de controle e à unidade descentralizadora.

VII – formalizar parceria necessária para a produção da 13ª Mostra Cinema e Direitos Humanos nas 26 capitais e Distrito Federal e realizar interlocução entre entidade selecionada e o Ministério da Cultura nas ações de produção desta edição da Mostra;

XVII – Contribuir na definição do tema e indicação de homenagem junto a Sav/MinC para a 13ª edição da Mostra Cinema e Direitos Humanos;

XVIII – conceder apoio institucional para as ações e interlocuções necessárias para a realização da 13ª Mostra Cinema e Direitos Humanos.

6. VIGÊNCIA

<p>6.1 O prazo de vigência deste Termo de Execução Descentralizada será de 08 (oito) meses, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado de acordo com o disposto no art. 10 do Decreto nº 10.426, de 2020.</p> <p>Início: data da assinatura</p> <p>Fim: maio/2024</p>
7. VALOR DO TED
<p>7.1 O valor deste TED será de R\$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), a ser descentralizado em parcela única.</p>
8. CLASSIFICAÇÃO FUNCIONAL PROGRAMÁTICA
<p>10.13.392.5025.218A.0001</p>
9. BENS REMANESCENTES
<p>O Objeto do Termo de Execução Descentralizada contempla a aquisição, produção ou construção de bens?</p> <p>() Sim</p> <p>(X) Não</p>
10. DAS ALTERAÇÕES
<p>10.1 Ficam os partícipes facultados a alterar o presente Termo de Execução Descentralizada ou o respectivo Plano de Trabalho, mediante termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado.</p> <p>10.2 As alterações no plano de trabalho que não impliquem alterações do valor global e da vigência do TED poderão ser realizadas por meio de apostila ao termo original, sem necessidade de celebração de termo aditivo, vedada a alteração do objeto aprovado, desde que sejam previamente aprovados pelas unidades descentralizadora e descentralizada</p>
11. DA AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS
<p>11.1 A Unidade Descentralizada apresentará Relatório de Cumprimento do Objeto conforme previsto no art. 23 do decreto nº 10.426, de 2020, cuja análise ocorrerá pela Unidade Descentralizadora nos termos do art. 24 do mesmo normativo.</p> <p>11.2 Rejeitado total ou parcialmente o Relatório de Cumprimento do Objeto pela Unidade Descentralizadora, deverá a unidade descentralizada instaurar tomada de contas especial para apurar eventuais danos ao erário e respectivos responsáveis para fins de recomposição do erário público.</p>

12. DA DENÚNCIA OU RESCISÃO

12.1 Denúncia

O Termo de Execução Descentralizada poderá ser denunciado a qualquer tempo, hipótese em que os partícipes ficarão responsáveis somente pelas obrigações pactuadas e auferirão as vantagens do período em que participaram voluntariamente do TED.

12.2 Rescisão

12.3 Constituem motivos para rescisão do presente TED:

- I - o inadimplemento de qualquer das cláusulas pactuadas;
- II - a constatação, a qualquer tempo, de irregularidades na execução do TED;
- III - a verificação de circunstâncias que ensejem a instauração de tomada de contas especial; e
- IV - a ocorrência de caso fortuito ou de força maior que, mediante comprovação, impeça a execução do objeto.

13. SOLUÇÃO DE CONFLITO

Para dirimir quaisquer questões de natureza jurídica oriundas do presente Termo, os partícipes comprometem-se a solicitar o auxílio da Câmara de Conciliação e Arbitragem da Administração Federal da Advocacia-Geral da União - CCAF/AGU.

14. PUBLICAÇÃO

14.1 O TED e seus eventuais termos aditivos, que impliquem em alteração de valor ou, ainda, ampliação ou redução de prazo para execução do objeto, serão assinados pelos partícipes e seus extratos serão publicados no sítio eletrônico oficial da Unidade Descentralizadora, no prazo de vinte dias, contado da data da assinatura, conforme disposto no art. 14 do Decreto nº 10.426, de 2020.

14.2 As Unidades Descentralizadora e Descentralizada disponibilizarão a íntegra do TED celebrado e do Plano de Trabalho atualizado em seus sítios eletrônicos oficiais no prazo a que se refere o item 14.1.

15. ASSINATURAS

(assinado eletronicamente)
JOELMA OLIVEIRA GONZAGA
Secretária do Audiovisual
Ministério da Cultura

(assinado eletronicamente)

LETICIA MARIA COSTA DA NOBREGA CESARINO
Chefe da Assessoria Especial de Educação e Cultura em Direitos Humanos
Ministérios dos Direitos Humanos e Cidadania



Documento assinado eletronicamente por **Letícia Maria Costa da Nóbrega Cesarino, Usuário Externo**, em 22/09/2023, às 13:50, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



Documento assinado eletronicamente por **Joelma Oliveira Gonzaga, Secretária do Audiovisual**, em 25/09/2023, às 19:19, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 30, inciso II, da Portaria nº 26/2016, de 01/04/2016, do Ministério da Cultura, Publicada no Diário Oficial da União de 04/04/2016.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.cultura.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **1381865** e o código CRC **2BCF3F71**.